

# “Se você é jovem ainda”: análise sobre os candidatos jovens nas eleições proporcionais de 2018 no Brasil

João V. Guedes-Neto<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>School of Criminal Justice and Public Administration, Kean University, Union, NJ, United States of America.

Palavras-chave: juventude política; eleições de 2018; estudos legislativos; dados eleitorais; renovação política.

**RESUMO Introdução:** Investigo se o fato de ser jovem ajudou com que candidatos obtivessem sucesso nas eleições legislativas brasileiras de 2018. As hipóteses de trabalho incluem, além da idade, a interação com variáveis tais como gênero, raça, escolaridade e presença no cargo. **Materiais e Métodos:** Foi feita uma análise descritiva dos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre os jovens candidatos e eleitos por partido político em 2018 e, em específico, foi realizada uma discussão qualitativa sobre a bancada jovem de um partido de direita (Democratas). Em sequência, utilizo regressões logísticas para testar as hipóteses tanto para a eleição de candidatos jovens à Câmara dos Deputados como às Assembleias Legislativas dos estados. **Resultados:** Os dados mostram que o “fator juventude” aumentou as chances de sucesso eleitoral, principalmente no nível estadual e se combinado com escolaridade. Ser titular do cargo que disputa contribuiu para o sucesso dos candidatos no nível federal. Ser branco facilitou a eleição de jovens aos legislativos estaduais. **Discussão:** O artigo aponta uma tendência parcial de renovação na política, já que a preferência por candidatos mais jovens em 2018 esteve acompanhada por algumas características tradicionais da política.

Recebido em 13 de Agosto de 2020. Aprovado em 5 de Agosto de 2021. Aceito em 10 de Novembro de 2021.

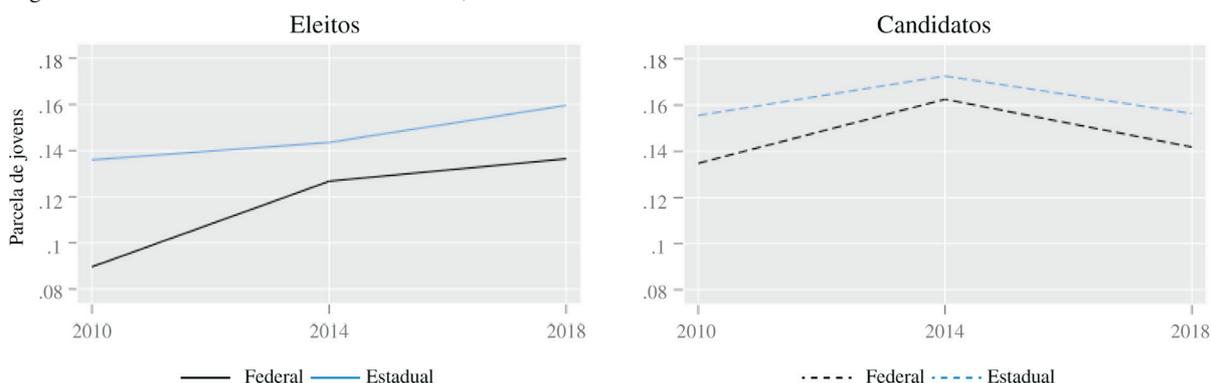
## I. Introdução

A crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff trouxe consigo um clamor pela renovação dos executivos e legislativos do país (Melo, 2016; Pinto & Regina, 2017; Rocha, 2019). Afinal, a percepção de corrupção está diretamente ligada a desidentificação com a política vigente (Borba et al., 2018). Remando a favor da maré, uma série de movimentos políticos se engajou no recrutamento, treinamento e promoção de jovens candidatos. Acredito, Agora, Livres, Movimento Brasil Livre, Ocupa Política, Raps e RenovaBR exemplificam esta onda.

É fato que estes movimentos não são os precursores do engajamento jovem na política partidária. Já no início do século XX, a média de idade dos senadores ao entrar na política chegava a 31,62 anos (Perissinotto et al., 2017). Estes movimentos também não representam as primeiras organizações políticas com fim de facilitar a participação eleitoral desta parcela da sociedade. Para citar alguns casos já discutidos na literatura de Ciência Política, há a mobilização de organizações de esquerda em torno do Levante Popular da Juventude em 2005 (Silva & Ruskowski, 2010), a atuação a partir da ala jovem de partidos políticos (Guedes-Neto, 2018) e o papel dos movimentos Passe Livre e Brasil Livre já nas manifestações de 2013 e 2014 (Pinto & Regina, 2017; Rocha, 2019). No entanto, como a Figura 1 demonstra, o número de jovens eleitos para os legislativos estaduais e federal vem aumentando pelo menos desde 2010 para atingir seu pico em 2018. A mesma tendência não é vista entre os candidatos, sugerindo que ser jovem importa cada vez mais para uma candidatura de sucesso.

Apesar de identificar estes movimentos e as juventudes partidárias como fatores relevantes na participação política juvenil, o objetivo deste artigo não é analisar como cada uma destas organizações intra e suprapartidárias influenciou o resultado das eleições de 2018. Também não se objetiva realizar uma

Figura 1 - Jovens eleitos e candidatos em 2010, 2014 e 2018



Nota: Proporção representa o número de eleitos com até 35 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

discussão comparada entre os fatores que influenciaram as últimas eleições. Aqui, aproveita-se deste sintoma para verificar em termos empíricos o efeito da candidatura jovem de forma geral na decisão do voto para os legislativos brasileiros. Ou seja, *ser jovem ajudou com que candidatos fossem eleitos para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas nas eleições de 2018?* Além disso, o artigo se ampara em interações com outros fatores descritivos para identificar *como características complementares à idade interagem com o “fator juventude” para afetar o grau de sucesso eleitoral dos candidatos aos legislativos em 2018.*

Este estudo colabora principalmente para os esforços de entender a organização dos partidos políticos, a participação do jovem na política e as preferências do eleitorado. Enquanto os dois primeiros temas aparecem com certa frequência na literatura brasileira, os estudos existentes raramente consideram esta tríade em conjunto. Colocando-os lado a lado, este artigo dá um passo à frente na compreensão da política moderna brasileira.

Além desta introdução, o artigo está dividido em seis partes. Na primeira, discuto a literatura que estuda o jovem na política partidária. A partir desta contextualização, reviso os estudos mais recentes sobre o perfil das campanhas políticas de sucesso. Com base nestes, apresento na segunda parte do artigo cinco hipóteses sobre quando jovens candidatos se transformam em jovens eleitos. Na terceira parte, utilizo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para identificar tendências na distribuição de jovens candidatos e eleitos nos partidos brasileiros. Ainda, faço uma breve descrição qualitativa dos quadros eleitos de um partido brasileiro. Na quarta parte, apresento o teste de hipóteses deste trabalho, incluindo uma discussão sobre modelos de regressão logística e seus resultados. Na quinta parte, discuto os resultados sob a luz das expectativas teóricas. Finalmente, concluo o artigo com alguns aprendizados e sugestões para o futuro.

## II. O jovem na política

Miguel, Marques e Machado (2015) descrevem o poder do capital familiar na política brasileira. Isto é, há uma endogenia que aumenta a propensão de ser eleito quando o candidato tem parentes na política. No contexto da juventude, esta herança facilita a entrada na política também dada à socialização em uma família com níveis de participação acima da média (Fuks, 2011). Isto ocorre principalmente quando pais e irmãos já estão engajados em um partido político (de Barros et al., 2019).

Fora do meio familiar (ou concomitante a este), uma das portas de entrada para o jovem na política reside nos esforços governamentais de educar e engajar os cidadãos mais novos. Assim, o estado propicia um ambiente de socialização complementar ao da família (Fuks, 2011). No Brasil, um dos pilares desta ação está no Parlamento Jovem. Esta iniciativa é desenvolvida por diversos governos em nível federal, estadual e municipal com o potencial de maximizar a percepção de eficácia política entre seus participantes e aumentar seu engajamento em outras organizações políticas (Fuks, 2011; Martins & de Barros, 2018a, 2018b).

No campo não governamental, como introduzido neste artigo, existem as organizações suprapartidárias que visam a mobilização e engajamento em torno de determinadas ideias. Um dos exemplos já estudado pela literatura brasileira é o Levante Popular da Juventude, braço juvenil da articulação de esquerda Consulta Popular. A partir de 2005, a organização ofereceu um espaço de participação para jovens com diversos perfis: aqueles sem experiência na política, os que estavam engajados em organizações não políticas, os que buscavam ampliar sua atuação partidária e aqueles que não estavam satisfeitos com seus partidos (Silva & Ruskowski, 2010).

No entanto, a participação em mais de uma organização ao mesmo tempo consome recursos e pode representar uma barreira no engajamento juvenil. Moreno & de Almeida (2017) estudaram a formação de um grupo de *hip hop* que, integrado a um partido político, acabou fazendo com que seus membros tivessem que escolher entre a arte e a política. Este fenômeno se torna mais evidente ainda com a profissionalização da política, transformando ativismo em trabalho e demandando mais tempo e esforços.

Há também a estratégia partidária de inclusão juvenil em seus quadros. Dado o grande número de partidos no país, partidos políticos adotam diversas metodologias no que tange a organização e representação jovem. Isto varia desde a ausência de um organismo juvenil (por exemplo, no Partido Novo) até a participação de representantes deste organismo nas executivas do partido (como no Democratas) (Guedes-Neto, 2018; Ribeiro, 2013).

Baseados em dados do TSE para 2018, de Barros et al. (2019) identificaram 2,66 milhões de jovens filiados a partidos políticos em um universo de 16,63 milhões de filiados (aqui, os autores tratam como jovens aqueles que têm entre 16 e 29 anos). Em termos absolutos, o Novo é o partido com a maior quantidade de jovens (280.218), seguido pelo Democratas (250.713) e pelo Partido Comunista do Brasil (216.217). Em termos relativos, 40% dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido da Social Democracia Brasileira é jovem. Os números são altos e reforçam a relevância deste objeto de estudo.

De Barros et al. (2019) percebem uma endogeneidade significativa entre estas diferentes portas de entrada para a política. Na direita, a família é um mecanismo condutor de engajamento em juventudes partidárias. Na esquerda, movimentos estudantis ou sociais fazem a ponte entre o jovem e o partido. Neste sentido e em concordância com os demais artigos aqui revisados, sabe-se com notável confiança que há uma interligação entre estas esferas de participação juvenil. O que se tem pouca clareza, no entanto, é como se desenvolve a trajetória eleitoral dos jovens uma vez filiados a um partido político.

### III. De candidato a eleito

A proposição central deste trabalho é que, em um contexto de crise política como a dos anos 2010, a população buscará candidatos que representem uma renovação. Aqui, não discuto se votar em um jovem significa renovar a política. Existem achados na literatura latino-americana que, inclusive, vão na contra-mão desta expectativa (Guedes-Neto & Santos, 2019). No entanto, a idade do

candidato pode funcionar como uma heurística ou dica para que seu *modus operandi* seja diferente daqueles que já estão na política.

A literatura internacional já demonstrou que estas dicas podem influenciar a decisão do voto a partir de características físicas (Olivola & Todorov, 2010), gênero (McDermott, 1997), raça (McDermott, 1998), entre outras. No caso, há uma pré-disposição do eleitor a vincular determinadas características com uma expectativa de comportamento político, reduzindo o custo da obtenção de informações ainda que a dica não seja totalmente acurada. A idade já foi estudada como heurística para prever votos, mas sob a perspectiva de que eleitores buscam candidatos com idade parecida à sua (Webster & Pierce, 2019). Aqui, a proposição é diferente. No caso do pleito de 2018, idade é vista como uma dica para renovação política. Assim, a primeira hipótese é:

*Hipótese 1: Um candidato jovem tem mais chances de ser eleito que um candidato mais velho.*

As próximas hipóteses se relacionam ao perfil do candidato jovem que tem maior propensão a ser eleito. O leitor perceberá que a proposição aqui é que as características dominantes da política tradicional devem estar replicadas nestes jovens eleitos. De fato, a literatura demonstra que até mesmo o recrutamento dos partidos políticos é enviesado contra filiados oriundos de minorias ou categorias marginalizadas - um exemplo é o estudo de Nergiz (2014) sobre a participação de imigrantes e seus descendentes nas eleições da Alemanha.

O argumento contrário seria o de que, dada a expectativa de renovação, o eleitorado deveria buscar a antítese do perfil da elite política tradicional. Ainda que isto possa ser verdade, raça, gênero, escolaridade e o poder da incumbência são características consideravelmente estruturais na política brasileira e tendem a perdurar com maior estabilidade.

Considere o impacto da raça do candidato nas eleições. Campos & Machado (2015) utilizaram fotos de candidatos nas eleições municipais de 2012 no Rio de Janeiro e São Paulo para traçar as causas da sub-representatividade na política. Ainda que esta categorização racial não seja ideal, os resultados deste estudo sugerem que candidatos brancos têm maior propensão de serem eleitos por conta de vieses no recrutamento partidário, desigualdades socioeconômicas entre os candidatos, distribuição de recursos partidários e preferências do eleitorado. De fato, ao estudar a política de Chicago de 1979 a 1995, Krebs (1999) percebe que isto não é exclusividade do Brasil ao demonstrar a dificuldade adicional enfrentada por negros já no processo de recrutamento. Com expectativas semelhantes, a segunda hipótese é:

*Hipótese 2: Um candidato jovem branco tem mais chances de ser eleito que os demais.*

Quando o tema é gênero, a primeira barreira para a participação na política está na decisão de concorrer. Pelo menos nos Estados Unidos, as mulheres têm uma propensão menor a se candidatar mesmo quando têm perfil semelhante aos dos homens (Fox & Lawless, 2004; Kanthak & Woon, 2015). Isto também foi identificado por Fox & Lawless (2010) ao estudar o esforço dos partidos americanos em recrutar mulheres. Ainda que sejam consideradas bem conectadas, a propensão de que estas serão selecionadas como candidatas é consideravelmente menor que a dos homens.

A política de cotas por gênero para candidatos do legislativo tenda a reduzir estas desigualdades mas ela ainda não conseguiu atingir a paridade entre os eleitos no Brasil (Araújo, 2005, 2001). Aliás, Htun e Weldon (2018) demonstram que este problema está presente na maior parte dos países da América Latina. Baseado nestas desigualdades, a proposição natural é de que homens

jovens têm mais chances de serem eleitos. Em termos empíricos, a terceira hipótese é:

*Hipótese 3: Um candidato jovem homem tem mais chances de ser eleito que os demais.*

Ao estudar o Parlamento Jovem de Belo Horizonte, Fuks (2011) demonstra que este tipo de iniciativa não é exatamente uma porta de entrada para a política. Dentre os jovens engajados no projeto, níveis mais altos de participação são encontrados entre aqueles cujos pais são mais participativos e entre os que são mais religiosos, assim sugerindo atividade em organizações não políticas. Dependente na modelagem estatística, Fuks (2011) aponta ainda para o papel da educação principalmente quando realizada em colégios militares ou particulares de classe média ou elite. Naturalmente, esta medida serve também como *proxy* para o nível econômico do indivíduo.

Esta participação mais intensa entre os que possuem maior escolaridade também se reproduz no perfil dos candidatos eleitos em campanhas políticas. No estudo de Braga et al. (2009) sobre a disputa para a Câmara Federal de 2006, candidatos com curso superior possuíam propensão maior a serem eleitos do que aqueles com menor escolaridade. Este tipo de achado pode se dar pela preparação dos mais estudados, sua propensão a maiores níveis de participação e ao seu perfil econômico. Neste sentido, a mesma expectativa deve se dar entre os jovens que, detendo maior escolaridade, podem ter estas outras características por aproximação. Então, a quarta hipótese é:

*Hipótese 4: A chance de um candidato jovem ser eleito em comparação aos demais aumenta de acordo com o seu nível de escolaridade.*

A última proposição é baseada na trajetória política do jovem. Já é sabido a partir da literatura brasileira que o efeito de incumbência é positivo para prever a eleição ao legislativo (Eduardo, 2015). Ou seja, aqueles que já têm cargo político têm maior propensão a se eleger do que os demais candidatos. Este fenômeno se torna ainda mais forte dada a auto seleção dos políticos. Ao perceber que suas chances de reeleição são baixas, um político pode decidir não se candidatar novamente para o mesmo cargo (Leoni et al., 2003). Desta maneira, filtram as candidaturas e aumentam a probabilidade de que os candidatos à reeleição sejam bem-sucedidos.

Seja pelos recursos materiais a sua disposição, sua visibilidade, suas chances ou apenas pela manutenção de um capital político estabelecido previamente, a proposta deste artigo é semelhante para os jovens. Assim, a quinta hipótese é que:

*Hipótese 5: Um candidato jovem concorrendo à reeleição tem mais chances de ser eleito que os demais.*

## **IV. As eleições de 2018**

### *IV.1. Descrição quantitativa*

A fim de descrever a participação da juventude nas eleições de 2018, o primeiro passo a ser dado é decidir a idade limite entre jovens e não jovens. Parte da literatura define o teto em 29 anos de idade. Além do reconhecimento legal, esta também é a idade na qual jovens ainda não podem concorrer para governador e vice-governador. Neste trabalho, expando o limite para 35 anos. Há alguns motivos para tal. Primeiro, esta idade representa a última barreira legal para cargos eletivos mais altos (presidente, vice e senador). Segundo, expande a margem utilizada por alguns pesquisadores para estudar a militância jovem, dada a dificuldade de se atingir cargos eletivos de nível estadual e fe-

deral. Neste sentido, este trabalho considera como jovem todos aqueles que têm até 35 anos e pelo menos 21 anos (a idade limite para assumir um cargo de deputado federal ou estadual).

Utilizando dados do TSE<sup>1</sup>, apresento na Tabela 1 a proporção de jovens entre o número total de candidatos por partido para as eleições de deputado federal e estadual<sup>2</sup>. Há alguns fatores interessantes a serem destacados. Primeiro, o

<sup>1</sup> Os dados foram obtidos por meio do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

<sup>2</sup> A única modificação em relação aos dados originais foi excluir os candidatos inaptos. Ou seja, aqueles que tiveram suas candidaturas barradas pela justiça eleitoral.

Tabela 1 - Proporção de jovens candidatos por partido

Partido	Deputado Federal		Deputado Estadual	
	Jovens	Proporção	Jovens	Proporção
PCO	6	100,0%	4	66,7%
PCB	14	45,2%	5	27,8%
PSOL	131	26,2%	151	25,8%
PSTU	9	25,7%	17	27,9%
NOVO	48	21,4%	29	23,4%
REDE	52	21,4%	116	25,9%
PCdoB	25	20,8%	98	16,5%
PPL	41	16,7%	32	13,6%
PRT	45	15,7%	73	14,3%
PROG	22	15,4%	74	15,2%
PATRI	50	14,0%	118	17,2%
AVA	46	13,8%	76	13,8%
PDT	37	13,6%	76	14,3%
PSL	59	13,5%	164	19,6%
PHS	40	13,5%	73	13,4%
PSDB	31	13,1%	86	16,5%
PV	34	13,0%	75	14,4%
DEM	22	13,0%	63	14,9%
PSB	29	12,8%	79	14,2%
SOL	18	12,3%	90	16,5%
DC	24	12,2%	59	14,0%
MDB	37	12,2%	63	14,9%
PPS	15	11,8%	76	17,6%
PMN	19	11,6%	74	16,0%
PROS	30	11,2%	77	14,0%
PTdoB	22	11,1%	68	15,5%
PRP	28	10,9%	110	16,4%
PSD	20	10,2%	63	15,9%
PT	37	10,2%	81	12,0%
PTB	12	9,3%	63	16,0%
PSC	16	9,2%	76	13,6%
PR	14	9,2%	60	13,5%
POD	17	7,9%	76	15,2%
PMB	7	7,3%	33	12,6%
Total	1,083	14,4%	2,554	15,8%

Nota: Proporção representa o número de jovens entre os candidatos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Partido da Causa Operária (PCO) apenas lançou candidatos jovens em nível federal e a maior parte de seus candidatos em nível estadual tinha até 35 anos. Ainda que a proporção seja elevada, ela também reflete o pequeno número de candidatos lançados pelo partido - 10 no total. Situação semelhante ocorre com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

É interessante notar que, neste sentido, os quatro partidos com maior proporção jovem são de extrema esquerda, incluindo também o PSOL e o PSTU. O PCdoB vem logo atrás do Novo e da Rede, em sétimo lugar. Indo além, o Partido dos Trabalhadores (PT), tradicionalmente de esquerda e com alta proporção de jovens filiados, está entre os partidos com menor representatividade juvenil neste pleito: 10,2% para federal e 12,0% para estadual (a menor média do país, neste caso). Em ambos os níveis, está abaixo da média nacional.

As duas agremiações que vêm em seguida, o Partido Novo e a Rede Sustentabilidade, entraram no espectro político há relativamente pouco tempo e trazem consigo um discurso de mudança. Desta forma, confirmam a sugestão deste trabalho de que há, pelo menos em termos de imagem, uma relação entre juventude e renovação. Isto não significa que todos os partidos novos adotem esta estratégia. O partido com menor proporção jovem, o Partido da Mulher Brasileira (PMB), concorreu em 2018 à sua primeira eleição não-local com 7 jovens para deputado federal (7,3%) e 33 para deputado estadual (12,6%).

Em termos absolutos, o partido com maior representatividade juvenil no Congresso é o PSL, com 9 jovens (17,3% de sua bancada) (Tabela 2). A pequena bancada do Partido Novo (NOVO) é majoritariamente juvenil, com seus 5 jovens deputados representando 62,5% dos legisladores federais eleitos. Fenômeno similar acontece com outros três partidos pequenos que estão fora da lista: Partido Pátria Livre (1 deputado, 100% da bancada), Partido Humanista da Solidariedade (3 deputados, 66,7%) e Partido Verde (2 deputados, 50%).

Democratas (DEM), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) têm proporção semelhante à do PSL com 5 deputados federais jovens cada. É relevante notar que apenas o Novo está entre os 10 partidos com maior número de candidatos jovens. Além disso, enquanto 14,4% dos candidatos eram jovens, apenas 13,6% da Câmara Federal tem até 35 anos. Assim, lançar um número alto de jovens candidatos não é sinônimo de eleger bancada jovem - existem características secundárias que, interagidas com idade, influenciam na eleição juvenil.

Nas bancadas de deputado estadual (Tabela 3), PSL, PSDB e DEM também aparecem entre os cinco partidos com maior número de jovens eleitos. A

Tabela 2 - Cinco maiores bancadas jovens na Câmara Federal

Partido	Deputado Federal	
	Jovens	Proporção
PSL	9	17,3%
NOVO	5	62,5%
DEM	5	17,2%
PSDB	5	17,2%
PSB	5	15,6%
Total	70	13,6%

Nota: Proporção representa o número de jovens entre os eleitos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

tendência indica que, enquanto a extrema esquerda tende a lançar uma proporção maior de candidatura jovens, é na eleição dos partidos de direita que estes tiveram maior representatividade. Mais uma vez, o PSL fica em primeiro lugar. O partido elegeu 19 jovens para as Assembleias Estaduais, representando um quarto do total de eleitos. Fora da tabela, mas ainda com números proporcionais notáveis estão Partido Novo (8 deputados, 72,7%), Partido da Mulher Brasileira (2 deputados, 66,7%) e a Rede Sustentabilidade (4 deputados, 57,1%).

Diferente do que ocorrera para a eleição da Câmara dos Deputados, a proporção de jovens candidatos e eleitos para as Assembleias Estaduais é virtualmente igual, sendo 15,8% dos candidatos e 15,9% dos eleitos.

#### IV.2. Descrição qualitativa

O caso do Democratas (DEM) é interessante para exemplificar as diferentes trajetórias dos jovens eleitos para o legislativo em 2018. Primeiro, cabe sublinhar que o partido é o segundo maior em número absoluto de filiação jovem (de Barros et al., 2019). Indo além, ainda que o número de candidatos jovens esteja abaixo das médias para os legislativos federal e estaduais, o tamanho de sua bancada com menos de 35 anos está entre as cinco maiores em ambos os níveis. Assim sendo, enquanto os candidatos jovens representavam 13,0% do total para a Câmara Federal e 14,9% para as Assembleias Legislativas, a proporção entre os eleitos era de 17,2% jovem em nível federal e 17,0% estadual - um grau de sucesso consideravelmente alto. Isto ocorre mesmo que o partido esteja à direita do centro e, assim, fora do estereótipo de organização política com forte militância jovem (Guedes-Neto, 2018).

Uma explicação para este fenômeno está na recente refundação do partido. A partir de 2003, o então Partido da Frente Liberal (PFL) passou para a oposição pela primeira vez em sua história, perdendo quadros em todas as esferas de poder e forçando a agremiação a uma renovação significativa que incluiu a mudança de seu nome para Democratas em 2007 (Ribeiro, 2014).

Neste momento, assume a liderança do partido o relativamente jovem deputado federal Rodrigo Maia (37 anos), filho do ex-prefeito carioca César Maia e presidente da Câmara Federal entre 2016 e 2021. No mesmo ano, o deputado federal Efraim Filho (28 anos), filho do senador paraibano Efraim Morais, foi eleito presidente do braço jovem do partido - a Juventude Democratas. Em 2008, o então deputado federal ACM Neto (29 anos), neto do senador baiano Antônio Carlos Magalhães e prefeito de Salvador (2013-2021), era indicado como líder do partido na Câmara. Ele viria a ser nomeado presidente

Tabela 3 - Cinco maiores bancadas jovens nas Assembleias Legislativas

Partido	Deputado Estadual	
	Jovens	Proporção
PSL	19	25,3%
PSDB	12	16,4%
PSD	11	19,0%
PROG	11	15,9%
DEM	9	17,0%
Total	164	15,9%

Nota: Proporção representa o número de jovens entre os eleitos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

do partido 10 anos depois. Desta forma, ainda que por meio de famílias tradicionais, o partido entregou sua liderança para quadros mais jovens.

Esta parte da história da direita não é citada por Rocha (2019, p. 1) ao estudar o que ela se refere como “a formação de um contrapúblico ultraliberal.” Ela menciona o papel do Instituto Friedrich Naumann (IFN) como braço de formação da juventude liberal no país essencialmente a partir de 2012<sup>3</sup>. Este instituto é ligado ao Partido Democrata Liberal alemão e trabalha na formação de jovens políticos ao redor do mundo. Na verdade, o mesmo já era parceiro da juventude do PFL/DEM desde os anos 1990 oferecendo treinamento ideológico para seus quadros. Ainda que a etiqueta liberal (ou ultraliberal) não seja a única possível entre lideranças de direita (Power & Rodrigues-Silveira, 2018), esta interação entre o IFN e o DEM demonstra um esforço de formação jovem que existiu por quase três décadas.

<sup>3</sup> É verdade que Rocha (2019) afirma que este instituto iniciou seus trabalhos no Brasil em 1992. No entanto, o mesmo só aparece no texto do artigo em uma entrevista onde a fonte afirma ter participado de um evento do instituto em 2012. Além disso, não menciona sua relação com a juventude do PFL/DEM.

Entre os que participaram destes eventos de formação estavam os supracitados ACM Neto e Efraim Filho. Além deles, foram parte destas iniciativas de formação juvenil os ex-presidentes da juventude do partido Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro e deputado federal, entre outros cargos) e João Roma Neto (deputado federal pelo Republicanos e ministro da Cidadania) e o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (vice-presidente do PFL Jovem no início dos anos 2000).

Entre os jovens eleitos pelo DEM para a Câmara Federal em 2018, quatro vieram de família política (Juscelino Filho, Pedro Lupion, Fernando Filho e Alexandre Leite). Destes, apenas Fernando Filho nunca fez parte do braço de articulação jovem do partido. Neste sentido, há um reforço à proposição de Barros (2019) de que o capital familiar importa para os jovens de direita. No entanto, há também Kim Kataguiri, líder do Movimento Brasil Livre, representando uma alternativa não hereditária, com origem nos movimentos suprapartidários gerados a partir da crise política dos anos 2010. Da mesma forma que Fernando Filho, Kim Kataguiri nunca foi membro da Juventude Democratas.

Como a narrativa acima propõe, não há um mecanismo único de entrada na política. Em diversos casos, há a interação entre mecanismos múltiplos tanto para cada político jovem (por exemplo, um mesmo deputado com capital familiar e participação em juventude partidária) como para os jovens políticos que trabalham dentro do mesmo partido (por exemplo, bancadas com políticos onde alguns têm capital familiar e outros são oriundos de organizações suprapartidárias). No caso do DEM, a ascensão de militante para candidato para eleito exemplifica estas interações diversas.

Por fim, ainda que este partido específico não seja necessariamente representativo do todo nas eleições de 2018, seus eleitos para a Câmara Federal ilustram muito bem as cinco hipóteses deste trabalho. Primeiro, já que a proporção jovem na bancada eleita (22,7%) é superior à da proporção de candidatos (13,0%) (H<sub>1</sub>). Todos os cinco eleitos são homens (H<sub>3</sub>). Apenas um não é branco (Kim Kataguiri é o único jovem eleito autoidentificado como amarelo nas eleições federais de 2018) (H<sub>2</sub>). Este deputado também é o único que não tem ensino superior completo, possuindo superior incompleto (ainda assim, um nível de escolaridade relativamente alto) (H<sub>4</sub>). Por fim, três dos cinco jovens foram reeleitos (Kim Kataguiri não tinha cargo eletivo anterior e Pedro Lupion havia sido deputado estadual por dois mandatos). Entre os jovens democratas sem sucesso no pleito de 2018, nenhum concorria a reeleição (H<sub>5</sub>).

## V. Teste de hipóteses

### V.1. Estratégia empírica

O supracitado banco de dados de candidatos do TSE nas eleições proporcionais de 2018 foi dividido em dois grupos: um apenas com candidatos a deputado federal (N = 7.660) e outro apenas com candidatos a deputado estadual (N = 16.165). Como o objetivo deste estudo é identificar o que aumenta a propensão se ser eleito, a variável dependente para cada um destes bancos de dados é definida como uma binária onde 1 significa que o candidato foi eleito (independente se por quota, média ou diretamente) e 0 se não foi eleito. Aqui, trata-se como 0 também os suplentes mesmo que estes venham a ser empossados durante o mandato.

As variáveis independentes são codificadas com base nos valores disponibilizados no mesmo banco de dados. Para H<sub>1</sub>, uma variável binária é definida como 1 se o candidato tem até 35 anos e 0 caso mais que isso. A segunda hipótese, relacionada à raça, é tratada como uma variável binária onde se dá o valor de 1 para candidatos autoidentificados como brancos e 0 para outros. A categoria “outros” inclui aqueles autoidentificados como de raça preta, parda, amarela ou indígena. A H<sub>3</sub> está relacionada ao gênero do candidato. Utilizando-se do sexo declarado pelos candidatos, a variável binária é identificada como 1 se o candidato for mulher e 0 se for homem. Para H<sub>4</sub>, sobre a escolaridade, uma variável ordenada é definida com base na escala do TSE, variando desde lê e escreve (2) até superior completo (8). Por fim, para H<sub>5</sub>, considero uma variável binária onde 1 significa que o candidato está concorrendo à reeleição e 0 se não estiver.

Dada a característica binária da variável dependente, estas variáveis são testadas em modelos logísticos (Long & Freese, 2006). Nos modelos base (modelo 1 para deputado federal e 6 para estadual), todas as variáveis são testadas de forma independente. Aqui, o interesse de pesquisa está na variável *Jovem*. Nos demais modelos, utilizo a interação da variável *Jovem* com a variável de interesse para cada uma das hipóteses. Assim, é possível saber como um jovem que possui uma das características de interesse (raça branca, homem, alta escolaridade e em reeleição) se compara com os demais candidatos.

### V.2. Resultados

Os resultados dos modelos logísticos prevendo a eleição de deputados federais são apresentados na Tabela 4. No modelo 1, a variável de interesse *Jovem* é controlada por raça, sexo, escolaridade e reeleição. Ela é positiva e estatisticamente significativa ao nível de 0,05. Seu coeficiente indica que ser jovem aumentou a propensão de ser eleito em 44,4% no pleito de 2018<sup>4</sup>. Ainda que os demais coeficientes desta regressão não sejam relevantes para a teoria deste estudo, cabe ressaltar que reforçam os resultados da literatura, apontando para maior propensão de eleição entre brancos, homens, bem-educados e disputando reeleição.

Os modelos 2-5 consideram variáveis interativas onde se analisa características adicionais dos candidatos jovens. Primeiro, o modelo 2 testa a H<sub>2</sub> sobre raça. Os valores mostram que não há efeito adicional de raça para os jovens candidatos<sup>5</sup>. O modelo 3 testa a influência do gênero (H<sub>3</sub>). Aqui também o coeficiente não é estatisticamente significativo. Mais uma vez, é reforçado que esta característica complementar do jovem não influencia o resultado.

No entanto, os modelos 4 e 5 confirmam as expectativas teóricas deste trabalho (H<sub>4</sub> e H<sub>5</sub>). Em ambos os casos, o coeficiente de interesse é positivo e estatisticamente significativo.

<sup>4</sup> Este e os demais valores percentuais apresentados são baseados na razão de possibilidades (*odds ratio*) e<sup>b</sup>.

<sup>5</sup> Caso a variável raça seja desmembrada para representar todas as opções disponíveis no banco de dados, há um efeito positivo para a raça amarela. O viés do resultado é guiado pela

Tabela 4 - Prevendo a eleição de deputados federais em 2018

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Jovem	1,454* (2,486)	1,014 (0,048)	1,505* (2,390)	0,012* (-2,412)	1,296 (1,554)
Branco	1,552*** (3,699)	1,436** (2,820)	1,551*** (3,696)	1,543*** (3,649)	1,555*** (3,706)
Mulher	0,521*** (-4,715)	0,522*** (-4,698)	0,536*** (-4,082)	0,525*** (-4,655)	0,524*** (-4,661)
Escolaridade	1,409*** (6,022)	1,409*** (6,018)	1,409*** (6,016)	1,333*** (4,968)	1,408*** (6,013)
Reeleição	28,577*** (27,127)	28,743*** (27,141)	28,594*** (27,127)	28,830*** (27,154)	26,685*** (25,644)
Jovem x Raça Branca		1,665 (1,503)			
Jovem x Mulher			0,863 (-0,416)		
Jovem x Escolaridade				1,873** (2,665)	
Jovem x Reeleição					2,711^ (1,867)
N	7.660	7.654	7.660	7.660	7.660
Log Likelihood (apenas constante)	-1.882,316	-1.882,316	-1.882,316	-1.882,316	-1.882,316
Log Likelihood (modelo completo)	-1.383,266	-1.382,082	-1.383,179	-1.378,743	-1.381,256
Pseudo-R <sup>2</sup> (McFadden)	0,265	0,266	0,265	0,268	0,266
Pseudo-R <sup>2</sup> (McFadden ajustado)	0,262	0,262	0,261	0,264	0,262

Nota: Modelo logístico onde a variável dependente é uma variável binária onde 1 é eleito e 0 é não eleito para deputado federal. Estatística t entre parênteses. Resultados em razão de possibilidades (*odds ratio*). ^p < 0,10, \*p < 0,05, \*\*p < 0,01, \*\*\*p < 0,001. Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

eleição de Kim Kataguirí, o único candidato entre quatro jovens autoidentificados com esta raça.

ticamente significativa (ainda que apenas em nível de 0,10 para reeleição). Em relação ao modelo 4, é importante notar que o coeficiente de *Jovem* se torna muito pequeno. Assim, enquanto ser jovem sem escolaridade aumenta a chance de ser eleito em 1,2%, há um acréscimo de 87,3% na chance de ser eleito para cada nível educacional adicional que o jovem possui. Ou seja: jovens sem escolaridade têm vantagem muito baixa na eleição enquanto os mais educados têm grande potencial de sucesso. Cabe ressaltar que esta propensão é apenas para candidatos jovens e sobe mais ainda quando se considera o efeito geral de escolaridade que também se aplica aos que têm até 35 anos.

Os valores do modelo 5 são os mais altos. Independente da idade, a chance de ser eleito caso competindo pela reeleição aumenta radicalmente. Quando o candidato que está concorrendo a reeleição é jovem, há um acréscimo de 171,1% comparado aos jovens que não são incumbentes (p-value < 0,10). Ou seja, ainda que escolaridade tenha grande influência, já possuir uma cadeira na Câmara dos Deputados aumenta ainda mais a chance de que um jovem seja eleito.

Por fim, cabe ressaltar que as estatísticas dos modelos demonstram que a combinação destas variáveis tem alto poder explicativo sobre o sucesso eleitoral dos candidatos à Câmara Federal. Há redução considerável do *log likeli-*

*hood* com poder explanatório variando entre 26,1% e 26,4% de acordo com o Pseudo-R<sup>2</sup> ajustado.

Os modelos apresentados na Tabela 5 representam as variáveis que preveem a eleição de deputados estaduais em 2018. Mais uma vez, o modelo base 6 apresenta um impacto positivo e significativo entre os jovens (H<sub>1</sub>). Neste caso, o efeito é quase o dobro daquele encontrado para deputados federais - 80,6%. Além disso, as demais variáveis reforçam de forma independente o peso do *status quo*.

Diferente do caso dos deputados federais, a raça dos jovens importa. Além dos efeitos base, há um acréscimo na chance de eleição de jovens brancos de 86,9% em relação aos jovens autoidentificados como pretos, pardos, amarelos ou indígenas. Agora, em concordância com os resultados de nível federal, o modelo 9 reforça a relevância da escolaridade dos jovens. A diferença aqui é que o coeficiente de *Jovem* não é estatisticamente significativa a níveis convencionais. Ou seja, há um efeito positivo para a escolaridade sem que haja uma variação causada unicamente por ser jovem. De forma geral, em nível estadual encontra-se apoio para H<sub>2</sub> e H<sub>4</sub>.

Tabela 5 - Prevendo a eleição de deputados estaduais em 2018

	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Jovem	1,806*** (5,691)	1,173 (0,815)	1,958*** (5,787)	0,360 (-1,217)	1,773*** (5,235)
Branco	1,769*** (6,723)	1,582*** (4,909)	1,768*** (6,714)	1,762*** (6,672)	1,769*** (6,717)
Mulher	0,542*** (-6,058)	0,544*** (-6,031)	0,587*** (-4,712)	0,546*** (-5,981)	0,543*** (-6,037)
Escolaridade	1,511*** (10,824)	1,509*** (10,794)	1,508*** (10,769)	1,463*** (9,367)	1,510*** (10,820)
Reeleição	50,463*** (42,544)	50,671*** (42,589)	50,562*** (42,535)	50,546*** (42,591)	49,761*** (41,006)
Jovem x Raça Branca		1,869** (2,731)			
Jovem x Mulher			0,690 (-1,460)		
Jovem x Escolaridade				1,245^ (1,950)	
Jovem x Reeleição					1,241 (0,566)
N	16.165	16.165	16.165	16.165	16.165
Log Likelihood (apenas constante)	-3.845,778	-3.845,778	-3.845,778	-3.845,778	-3.845,778
Log Likelihood (modelo completo)	-2.525,419	-2.521,486	-2.524,312	-2.523,397	-2.525,254
Pseudo-R <sup>2</sup> (McFadden)	0,343	0,344	0,344	0,344	0,343
Pseudo-R <sup>2</sup> (McFadden ajustado)	0,342	0,343	0,342	0,342	0,342

Modelo logístico onde a variável dependente é uma variável binária onde 1 é eleito e 0 é não eleito para deputado estadual. Estatística t entre parênteses. Resultados em razão de possibilidades (odds ratio). ^p < 0,10, \*p < 0,05, \*\*p < 0,01, \*\*\*p < 0,001.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Bem como ocorrera no modelo 3, o coeficiente da variável interativa *Jovem x Mulher* não é estatisticamente significativo. Assim, não há apoio para a H<sub>3</sub>. O mesmo ocorre para a interação entre jovens e aqueles concorrendo à reeleição (H<sub>5</sub>). Ainda que esta fosse a principal determinante da eleição para deputado federal, não parece haver efeito para deputados estaduais jovens.

Cabe ressaltar ainda que o ajuste geral dos modelos para deputado estadual é ainda mais forte que para federal, sugerindo um impacto superior para as variáveis selecionadas na determinação do sucesso eleitoral. Aqui, o poder explanatório é fixo e varia entre 34,2% e 34,3% para os cinco modelos de acordo com o Pseudo-R<sup>2</sup>.

De maneira resumida, a Tabela 6 apresenta um resumo dos testes de hipótese realizados nesta parte do artigo. Percebe-se que as únicas hipóteses confirmadas em ambos os níveis eleitorais foram aquelas para a relevância de ser jovem e ter alta escolaridade. Raça e reeleição importam em apenas um dos níveis. A interação entre juventude e gênero não é relevante.

## VI. Discussão

A proposição central deste artigo é que, dada a crise política dos anos 2010, o clamor por renovação política aumentou a propensão de que jovens candidatos fossem eleitos para deputado federal e estadual em 2018. Os testes empíricos realizados com dados do TSE confirmam esta expectativa com alto valor substantivo. Realizados os devidos controles estatísticos, ser jovem aumentou a probabilidade de eleição de candidatos à Câmara Federal em 45,4% e em 80,6% para as Assembleias Legislativas.

É verdade que imagem e práticas não são sinônimas. Ou seja, muitos destes jovens eleitos já possuíam cargo político. Outros tantos, como exemplificado pelo caso do Democratas, vinham de família política. Além disso, em diversos casos possuíam características semelhantes ao *status quo*. No entanto, é inegável o papel da juventude nos pleitos eleitorais de 2018.

Tratando de *status quo*, este artigo testou a relevância de características complementares à juventude. A única que prevaleceu em ambos os níveis eleitorais foi a escolaridade. Além de ser preditora de participação política, esta variável funciona como uma aproximação à classe social e disponibilidade de recursos de forma geral. Assim, confirma-se a relevância de informação, participação e outros recursos materiais para consolidar o sucesso de uma carreira política. Este achado vai de acordo com o que Fuks (2011) havia encontrado ao estudar o Parlamento Jovem.

Duas variáveis não foram confirmadas de maneira uniforme. Isto é, enquanto reeleição influenciou consideravelmente a eleição de jovens para a Câmara Federal, ela não foi relevante para a eleição destes para as Assembleias Legis-

Tabela 6 - Apoio empírico para as hipóteses

	Deputado Federal	Deputado Estadual
H <sub>1</sub> : Jovem	Sim	Sim
H <sub>2</sub> : Jovem x Branco	Não	Sim
H <sub>3</sub> : Jovem x Mulher	Não	Não
H <sub>4</sub> : Jovem x Escolaridade	Sim	Sim
H <sub>5</sub> : Jovem x Reeleição	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor.

lativas. Ou seja, o efeito de incumbência não afetou a eleição de deputados estaduais jovens. Por outro lado, ser branco ajudou aos jovens candidatos em nível estadual, mas não influenciou campanhas de nível federal.

A expectativa teórica era de que ambas as variáveis - incumbência e raça - deveriam ter impacto, dada suas características de *status quo*. Ainda que de forma especulativa, é possível sugerir uma tendência interessante de porta de entrada para novos políticos nas Assembleias Estaduais (em contrapartida com um ambiente mais fechado em nível federal) confirmada pelo efeito elevado da característica jovem. No entanto, mesmo que de fora da política, estes acabam sendo parte do *status quo* por conta de sua raça - fator que não é reforçado em nível federal.

Por fim, rejeita-se em ambos os níveis a proposição de que homens jovens teriam maior propensão à eleição do que mulheres jovens. Apontando uma possibilidade de redução das disparidades de gênero no legislativo no longo prazo, jovens de ambos os gêneros tiveram chances similares de eleição nas disputas proporcionais de 2018. Mais uma vez, este achado enfraquece a proposição de que as características do *status quo* também são determinantes para a eleição de jovens deputados.

## VII. Conclusão

O título deste artigo faz alusão à uma música que entrou para a cultura popular a partir do seriado mexicano *A Turma do Chaves*. Na letra, “se você é jovem ainda, (...) um dia velho será.” A relação com o artigo está na carreira política daqueles que disputam e vencem eleições ainda com uma idade reduzida. Como no caso de Perissinotto et al. (2017), eram exatamente os jovens políticos que um dia se tornariam senadores, fazendo parte das esferas decisórias mais altas do país. Na descrição qualitativa do caso do Democratas, é relevante a ascensão de jovens militantes (com ou sem família na política) que atuaram como presidente do Senado e da Câmara, deputados e prefeitos. Além disso, como os resultados para as eleições de 2018 sugerem, há uma tendência de que não seja necessário ser mais velho para chegar ao poder. Cabem novos estudos que considerem, em períodos recentes, a evolução da carreira daqueles que entram para a política ainda jovens. Isto é, esta experiência desde pouca idade influencia no poder dos políticos ao longo de suas carreiras?

Uma segunda parte da música sugere que “existem jovens de oitenta e tantos anos e também velhos de apenas vinte e três”. Ainda que não fosse fruto dos testes empíricos deste artigo, houve o cuidado de se diferenciar a imagem jovem de sua real implicância para a renovação política. Mesmo que jovens possam ser eleitos com menor dificuldade por representar uma imagem de renovação, não é por certo que suas ações serão renovadoras. O oposto também deve ser válido: é possível que políticos mais velhos representem algum tipo de renovação que não é encontrada entre seus pares. Guedes-Neto & Santos (2019) oferecem evidências sobre a falta de renovação ideológica mesmo entre políticos novatos ao considerar os legislativos da América Latina. Este é um tema relevante para novas pesquisas futuras. Isto é, será que os jovens eleitos no Brasil se diferenciam de seus pares mais experientes? Pelo menos até 2015, parece que a diferença está no tipo de partido buscado pelos jovens (Lima et al., 2021).

Além disso, como o trabalho sugere, há outras características que podem induzir a uma renovação, como é o caso daquelas que desviam do *status quo*. Mais uma vez, estas devem ser vistas com cuidado dado que não há garantia de renovação real. No futuro, devemos investigar se existem características que possam auxiliar o eleitorado a identificar aqueles candidatos que têm maior propensão a adotar práticas diferentes.

No geral, verificou-se aqui que há benefício eleitoral em ser jovem. O próximo passo desta agenda é testar se, como indicado pelos dados longitudinais apresentados no início deste trabalho, o que ocorreu antes de 2018 e quão excepcional foi esta eleição (para o período de 1998 até 2015, ver Lima et al., 2021). De toda forma, pensando neste pleito eleitoral pós-crise dos anos 2010, cabe a estes jovens eleitos e seus partidos mostrar à população se eles têm a motivação e a capacidade para serem os motores da renovação clamada nas ruas. E, caso seja este o desejo do eleitorado, que, como na música, façam com “que o coração sustente a juventude que nunca morrerá”.

João V. Guedes-Neto (joaovictorguedesneto@gmail.com) é professor assistente na School of Criminal Justice and Public Administration da Kean University. É doutor e mestre em Ciência Política pela University of Pittsburgh. Também possui mestrado em Economia Pública, Direito e Política (Leuphana Universität Lüneburg) e Gestão Pública e Sociedade (Universidade Federal de Alfenas) e é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei.

## Referências

- Araújo, C. (2005) Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*, (24), pp. 193-215. DOI: 10.1590/S0104-44782005000100013
- Araújo, C. (2001) As cotas por sexo para a competição legislativa: O caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, 44(1). DOI: 10.1590/S0011-52582001000100006
- Barros, A.T., Guimarães, R.S., da Silva, S.F. & da Silva, T.E. (2019) Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (30), pp. 113-158. DOI: 10.1590/0103-335220193004
- Borba, J., Ribeiro, E., Gimenes, E. & Casalechi, G. (2018) Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (27), pp. 105-137. DOI: 10.1590/0103-335220182704
- Braga, M.S., Veiga, L.F. & Miriade, A. (2009) Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), pp. 123-142. DOI: 10.1590/S0102-69092009000200008
- Campos, L.A. & Machado, C. (2015) A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), pp. 121-151. DOI: 10.1590/0103-335220151606
- Eduardo, F.L. (2015) A força dos candidatos à reeleição e o desempenho dos desafiantes: uma análise da competição nas eleições legislativas. *Caderno da Escola do Legislativo*, 17(27), pp. 69-102.
- Fox, R.L. & Lawless, J.L. (2010). If only they'd ask: gender, recruitment, and political ambition. *Journal of Politics*, 72(2), pp. 310-326. DOI: 10.1017/S0022381609990752
- Fox, R.L. & Lawless, J.L. (2004) Entering the arena? Gender and the decision to run for office. *American Journal of Political Science*, 48(2), pp. 264-280. DOI: 10.2307/1519882
- Fuks, M. (2011) Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, (83), pp. 145-178. DOI: 10.1590/S0102-64452011000200006
- Guedes-Neto, J.V. (2018) Transformação intra-partidária? Um estudo sobre as percepções de poder e gestão entre jovens filiados. *Revista Sociologia e Política*, 26(68), pp. 44-60.
- Guedes-Neto, J.V. & Santos, M.L. (2019) ¿Renovando la política o más de lo mismo? Comparando novatos y políticos tradicionales en las legislaturas latinoamericanas. *América Latina Hoy*, 81, pp. 7-30. DOI: 10.14201/alh201981730
- Htun, M. & Weldon, S.L. (2018) *The logics of gender justice: State action on women's rights around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kanthak, K. & Woon, J. (2015) Women don't run? Election aversion and candidate entry. *American Journal of Political Science*, 59(3), pp. 595-612. DOI: 10.1111/ajps.12158
- Krebs, T.B. (1999) The political and demographic predictors of candidate emergence in city council elections. *Urban Affairs Review*, 35(2), pp. 279-300. DOI: 10.1177/10780879922184383
- Leoni, E., Pereira, C. & Rennó, L. (2003) Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, 9(1), pp. 44-67. DOI: 10.1590/S0104-62762003000100002
- Lima, I.A., Alves, V.S. & Vieira, A.K. (2021) O novo sempre vem? Representação e renovação parlamentar na Câmara dos Deputados (1998-2015). *Teoria & Sociedade*, 26(1), pp. 33-58.
- Long, S.J. & Freese, J. (2006.) *Regression models for categorical dependent variables using Stata*. College Station: Stata Press.
- Martins, L.M. & Barros, A.T. (2018a) Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Revista Sociologia e Política*, 26(66), pp. 49-78. DOI: 10.1590/1678-987318266603
- Martins, L.M. & Barros, A.T. (2018b) Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. *Revista Brasileira de Ciência Política* s/v(27), pp. 139-189. DOI: 10.1590/0103-335220182705
- McDermott, M.L. (1998) Race and gender cues in low-information elections. *Political Research Quarterly*, 51(4), pp. 895-918. DOI: 10.2307/449110

- McDermott, M.L. (1997) Voting cues in low-information elections: candidate gender as a social information variable in contemporary United States elections. *American Journal of Political Science*, 41(1), pp. 270-283. DOI: 10.2307/2111716
- Melo, M.A. (2016) Latin America's new turbulence: crisis and integrity in Brazil. *Journal of Democracy*, 27(2), pp. 50-65. DOI: 10.1353/jod.2016.0019
- Miguel, L.F., Marques, D. & Machado, C. (2015) Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, 58(3), pp. 721-747. DOI: 10.1590/00115258201557
- Moreno, R.C. & de Almeida, A.M.F. (2017) Quando jovens ativistas do hip hop encontram a política partidária. *Revista Sociologia e Política*, 25(60), pp. 5-29. DOI: 10.1590/1678-987317256101
- Nergiz, D.D. (2014) *I long for normality: a study on German parliamentarians with migration backgrounds*. New York: Springer.
- Olivola, C.Y. & Todorov, A. (2010) Elected in 100 milliseconds: appearance-based trait inferences and voting. *Journal of Non-verbal Behavior*, 34(2), pp. 83-110. DOI: 10.1007/s10919-009-0082-1
- Perissinotto, R., Massimo, L. & Costa, L.D. (2017) Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, 60(1), pp. 79-110. DOI: 10.1590/001152582017115
- Pinto, J. & Regina, C. (2017) A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, (100), pp. 119-155. DOI: 10.1590/0102-119153/100
- Power, T.J. & Rodrigues-Silveira, R. (2018) The political right and party politics, In: B. Ames (orgs), *Routledge handbook of Brazilian politics*. Abingdon: Routledge, pp. 251-268.
- Ribeiro, P.F. (2013) Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (10), pp. 225-265. DOI: 10.1590/S0103-33522013000100007
- Ribeiro, R.L. (2014) Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Revista Sociologia e Política*, 22(49), pp. 5-37.
- Rocha, C. (2019) "Imposto é roubo!" - A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, 62(3), pp. 1-42. DOI: 10.1590/001152582019189
- Silva, M.K. & Ruskowski, B. (2010) Levante juventude, juventude é prá lutar: Redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3), pp. 23-48.
- Webster, S.W. & Pierce, A.W. (2019) Older, younger, or more similar? The use of age as a voting heuristic. *Social Science Quarterly*. 100(3), pp. 635-652. DOI: 10.1111/ssqu.12604

### "If you are still young": an analysis of young candidates in the 2018 proportional elections in Brazil

Keywords: political youth; 2018 elections; legislative studies; electoral data; political renewal.

**ABSTRACT Introduction:** I investigate if being young helped candidates to succeed in the 2018 Brazilian legislative elections. The working hypotheses include, beyond age, the interaction with variables such as gender, race, education, and incumbency. **Materials and Methods:** A descriptive analysis was made with data supplied by the Superior Electoral Court about young candidates and elected officials by party in 2018, and specifically, a qualitative discussion of the youth caucus of a right-wing party (Democratas). Further, I conduct logistic regressions to test hypotheses for young candidates towards both the Chamber of Deputies and the Legislative Assemblies of the states. **Results:** Data show that the "youth factor" increased the odds of electoral success, mainly in a regional level and when combined with education. Being an incumbent candidate increased the odds for success in federal level. Being white eased the election for young candidates in regional legislative seats. **Discussion:** The paper demonstrates that there is a partial trend towards a renewal in politics, given the preference for younger candidates in 2018 was accompanied by some traditional characteristics in politics.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.